



---

## Aval de Cunha para impeachment de Dilma foi destaque da semana

A tentativa de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff (PT) passou pelo primeiro passo nesta semana, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), decidiu [abrir o processo](#). Se dois terços dos deputados concordarem, o caso será enviado ao Senado. O pedido de *impeachment* foi protocolado pelo advogado Helio Bicudo. A base são as chamadas pedaladas fiscais: manobras do governo de atrasar repasses do Tesouro a bancos públicos. A discussão sobre o mandato da presidente já chegou ao Supremo Tribunal Federal: deputados do PT e o deputado federal Rubens Júnior (PCdoB-MA) questionaram o ato, mas os pedidos foram negados pelos ministros [Gilmar Mendes](#) e [Celso de Mello](#). O PCdoB- apresentou ADPF para [discutir a constitucionalidade](#) da lei do *impeachment*. A relatoria é do ministro Edson Fachin.

### Renovação paulista

Em uma das disputas mais concorridas do Judiciário paulista, o desembargador Paulo Dimas Mascaretti foi eleito o novo presidente do Tribunal de Justiça. A disputa pela vice-presidência e pela Corregedoria-Geral de Justiça foi decidida em segundo turno: os vencedores foram Ademir Benedito e Manoel de Queiroz Pereira Calças, respectivamente. A Escola Paulista de Magistratura será dirigida pelo desembargador Antonio Carlos Villen. O biênio 2016-2017 terá ainda Luiz Antonio de Godoy como presidente da Seção de Direito Privado; Renato de Salles Abreu Filho na Seção de Direito Criminal; e Ricardo Henry Marques na Seção de Direito Público. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

### Bengala para todos

O Congresso Nacional derrubou veto da presidente Dilma e estendeu a todos os servidores públicos a extensão da idade da aposentadoria compulsória, inclusive juízes e desembargadores. Agora, em todos os setores, a idade máxima para permanência no serviço é de 75 anos, e não mais 70. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

### Ameaça eleitoral

Descontente com cortes impostos pelo governo federal, o Tribunal Superior Eleitoral anunciou que a falta de R\$ 428,7 milhões previstos em seu orçamento “inviabilizará” o uso de urnas eletrônicas nas eleições de 2016. Segundo a corte, o contingenciamento prejudicaria o uso integral das urnas em todo o país, pois parte dos equipamentos costuma ser renovada periodicamente. Ao todo, os órgãos ligados ao Judiciário com orçamentos administrados pela União ficariam sem R\$ 1,7 bilhão. O impacto deve ser revisto depois que o Congresso aprovou nova meta fiscal para o governo. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

---

### Entrevista da Semana

O advogado João Mestieri, que defende o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa na operação “lava jato”, afirma que a aplicação da colaboração premiada no Brasil muda um cenário em que “o advogado se acostumou a trabalhar em defesa do interesse, e não da Justiça”. Ele avalia que o fato de um investigado estar preso quando assina a delação não invalida o acordo. Também não vê problemas em sucessivas retificações do depoimento (seu cliente já prestou 180). Sobre os pedidos para se apurar a origem do dinheiro com que os investigados pagam seus advogados, defende que “ninguém deve meter



---

o nariz naquilo que ele faz em matéria de honorários”. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*

---

## Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 823,3 mil visitas e teve 1,3 milhão de visualizações de página entre os dias 27 de novembro e 3 de dezembro. A terça-feira (1º/12) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 143,5 mil visitas.

O texto mais lido, com 29,3 mil acessos, relata discussão acalorada entre os ministros Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal, e Gilmar Mendes no Plenário da corte. A troca de frases ocorreu durante julgamento que analisava a possibilidade de condenados em regime semiaberto cumprirem a pena em regime domiciliar, caso não haja vagas nos presídios. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Com 18,3 mil leituras, ficou em segundo lugar no ranking a notícia de que a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais aprovou uma súmula que estende a aposentadoria especial aos trabalhadores que exercem atividades de serviços gerais em limpeza e higienização de ambientes hospitalares, além dos profissionais da área da saúde. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

---

## As 10 mais lidas

[Lewandowski e Gilmar Mendes trocam acusações durante sessão do STF](#)

[Súmula estende aposentadoria especial a todos que atuam em ambiente hospitalar](#)

[Senado vai permitir a mutilação do novo CPC antes de entrar em vigor](#)

[CNJ suspende prazos processuais entre 20 de dezembro e 31 de janeiro](#)

[Quem compra imóvel por contrato de gaveta não pode mover ação](#)

[Advogado tem de saber a hora de se calar no tribunal do júri](#)

[Novo Código de Processo Civil traz mudanças na tutela antecipada](#)

[Artigo: Prisão de senador Delcídio Amaral materializa o Estado de exceção](#)

[Cortes na Justiça Eleitoral impedem eleição com urna eletrônica em 2016, diz TSE](#)

[STJ divulga jurisprudência sobre Justiça gratuita e previdência complementar](#)

---

## Manchetes da Semana

[Ministros do STF defendem cumprimento de pena em regime mais leve se não houver vagas](#)

[Errar nome de advogado em intimação é cerceamento de defesa e anula julgamento](#)

[Eduardo Cunha aceita pedido de impeachment da presidente Dilma](#)

[Demitir trabalhador recontratado por decisão judicial é ação discriminatória](#)

[Paulo Dimas é eleito presidente do TJ-SP com 56% dos votos](#)

[Correção monetária de débito trabalhista pela TR vai contra Constituição](#)

[CNJ aprova texto que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Judiciário](#)

[Valor ganho em liminar posteriormente revogada deve ser devolvido, afirma STJ](#)

[Lei de cotas não se aplica ao Ministério Público da União, diz TRF-4](#)

[CNJ não pode definir competências do Órgão Especial de tribunal, diz Supremo](#)

---



---

[Entrevista – João Mestieri: "Ao contrário de processo comum, colaboração premiada chega à verdade"](#)  
[Citar suspeita de ilícitos em petição não é calúnia contra advogado, afirma TJ-RS](#)

**Date Created**

05/12/2015